

Especial Economia sustentável

Para Jeff Carbeck,
quarta revolução
industrial beneficia a
sustentabilidade **F6**

Ponto de inflexão

Conferência Ethos 360º debate meios de aproveitar a retomada do crescimento para tornar a economia mais limpa, ética e inclusiva. Por **Sergio Adeodato**, para o Valor, e São Paulo

Em meio a um cenário de instabilidade política e econômica, uma oportunidade se apresenta ao mundo dos negócios como uma bola quicando na marca do pêndulo: a de mobilizar soluções para fazer diferente e tomar a dianteira no mercado cada vez mais pressionado a mudar padrões insustentáveis sob o ponto de vista ambiental e social. Como aproveitar a retomada do desenvolvimento e entrar na rota de uma nova economia mais limpa, ética e inclusiva?

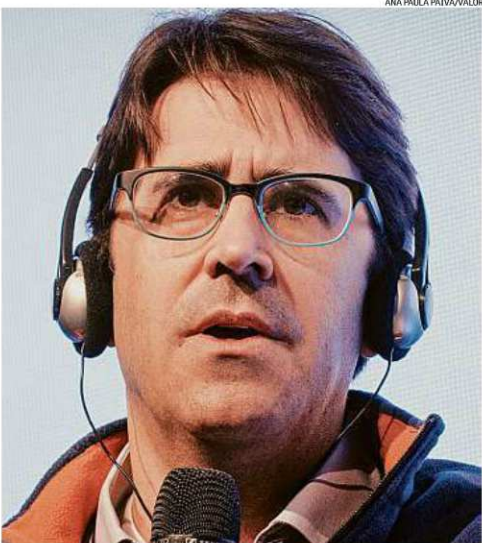
A questão inspirou os debates na Conferência Ethos 360º, realizada nos dias 20 e 21 em São Paulo, tendo como pano de fundo fatores irreversíveis que já influenciam decisões de empresas e governos, como a urgência climática. “O desafio está nos temas estruturantes para a superação da crise sem retrocessos, com base no desenvolvimento sustentável, independentemente de quem estiver no poder”, afirmou Jorge Abrahão, diretor-presidente do Instituto Ethos, na abertura do encontro, do qual participaram 190 palestrantes em 60 painéis.

Para Ricardo Abramovay, professor do Instituto de Energia e Meio Ambiente da Universidade de São Paulo, “o crescimento econômico é um meio, não um fim”, e a estratégia deve estar centrada não propriamente na redução de custos, mas na “capacidade de agregar valor, conhecimento e inteligência”. E isso, segundo ele, passa pela valorização dos produtos e serviços dos ecossistemas, como a água.

Há dois desafios, na análise de Abramovay: a redução da desigualdade, ampliando-se a participação social no crescimento econômico, e a busca por inovação, com investimento maciço em educação. Recente estudo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), citado pelo professor, mostra que há baixo



Jorge Abrahão, do Ethos: superação da crise sem retrocessos ambientais



Tasso Azevedo: “É preciso agir porque já sentimos as mudanças do clima”

aproveitamento das capacidades humanas no processo de inovação no mundo, cenário que nos países em desenvolvimento é mais grave. Como escrito pelo economista de Harvard Klaus Schwab no livro “Quarta Revolução Industrial”, a chave está “em repensar o sentido do que fazemos”, disse Abramovay.

O apelo das mudanças climáticas dita o ritmo. A mobilização global desencadeada a partir da conferência de Paris sobre clima (COP-21), em dezembro de 2015, tem sinalizado que a redução das emissões de carbono e a necessidade de adaptação aos impactos do aquecimento do planeta são caminhos sem volta.

O Brasil, um dos primeiros a ratificar o Acordo de Paris com compromissos para diminuir gases de efeito estufa a partir de 2020, pode ser protagonista e, assim, tirar vantagens competitivas com impacto positivo nos negócios. Como, até o momento, 60 países se juntaram ao acordo (47,78% das emissões globais), a expectativa é de que entre oficialmente em vigor neste ano, o que induzirá novas regulações internacionais e nacionais, afetando a atividade produtiva.

“Chegamos a um ponto de inflexão e é preciso agir porque já sentimos as mudanças do clima”, advertiu o consultor Tasso Azevedo. Os últimos dois anos foram de



Ricardo Abramovay, da USP: agregar valor, conhecimento e inteligência



Cida Bento: um dos temas que mais cresce é diversidade de gênero

temperaturas recordes no mundo, que já gastou um quarto do orçamento de carbono proposto pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) para limitar o aumento da temperatura média global em 2º C, em 2100. E agora, diante dos riscos econômicos, sociais e ambientais caso a margem de segurança seja superada, “começa a corrida para se alcançar a emissão zero”, afirmou Azevedo, com uma questão: nesse cenário de cortes, “como manter o desenvolvimento para também zerar a pobreza e a desigualdade?”.

Os desafios podem se tornar oportunidades. Apesar de ter diminuído 50% do carbono emitido

entre 2004 e 2014, o Brasil permanece entre os principais países emissores, devido sobretudo ao desmatamento, à agropecuária e à geração de energia. “Direcionar mais investimentos a fontes renováveis é bom para a economia”, com reflexos na competitividade frente o esforço global para se livrar dos combustíveis fósseis, diz.

De acordo com Azevedo, o mundo terá que aumentar a geração de energia limpa dos atuais 20% da matriz para 70% até 2050, e também reforestar e reduzir pela metade o descarte de resíduos, além de outros itens de uma lista de necessidades que se avoluma, inspirando a busca de novas tecnologias.

Dos veículos elétricos não mais estigmatizados pela baixa autonomia e performance à produção de alimentos com menor impacto, soluções menos intensivas em carbono se ampliam no mercado. A velocidade e a escala dependem, entre outros pontos, de políticas estruturantes e das ambições empresariais. “O desenvolvimento sustentável é ainda um dilema na gestão das corporações”, avaliou Annelise Vendramini, coordenadora do programa de finanças sustentáveis do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

A adesão do setor financeiro, com novas regulações nacionais e internacionais para os bancos, por exemplo, é termômetro das mudanças nos critérios de investimentos no sentido da descarbonização da economia. Para analistas, o mercado já entendeu o caminho, mas falta saber como financiar a transição. E a inércia pode custar caro. “No futuro a ameaça financeira será maior do que os atuais riscos do investimento em novas tecnologias de baixo carbono”, previu Denise Hills, superintendente de sustentabilidade do Itaú-Unibanco.

Para a executiva, também vice-presidente da Rede Brasileira do Pacto Global das Nações Unidas, “cada vez mais esse novo modelo é visto entre investidores como padrão de sucesso”.

A tendência é impulsionada pelos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela ONU com metas ambientais, sociais e econômicas para 2030, balizando ações de empresas e governos. Um dos temas que mais ganham força na agenda é o da diversidade de gênero, raça e orientação sexual, “questão essencial para um país que se diz desenvolvido e justo”, afirmou Cida Bento, diretora do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades. “É crescente a incorporação do tema aos negócios”, disse Guilherme Bara, gerente de relacionamento e diversidade da Fundação Espaço Eco, mantida pela Basf. “A empresa entende que formar equipes mais diversas contribui para bons resultados”.

Para Carolina Marini, coordenadora de diversidade e clima do Itaú-Unibanco, “o tema agrega valor ao gerar transformações benéficas para o negócio e por isso está de mãos dadas com a sustentabilidade”. Já no Carrefour, conforme explicou a gerente de responsabilidade e diversidade, Karina Chaves, “é estratégico para as vendas que clientes de todos os perfis se sintam representados”. O grupo mantém desde 2013 um comitê especial sobre a questão, que é transversal às diferentes atividades e vai além de aumentar a proporção de mulheres no corpo de funcionários.

Plano contra corrupção atrai sociedade civil e mercados

De São Paulo

No rastro da operação Lava-Jato e das denúncias de fraudes e corrupção que se multiplicaram no país, a agenda da sustentabilidade tem incorporado com maior ênfase dois novos conceitos até então periféricos: a transparência e a integridade. “Devemos inverter a lógica de que quem faz errado leva vantagem e as empresas têm investido no desafio”, afirmou Caio Magri, diretor executivo do Instituto Ethos.

A organização coordena a construção do Plano Nacional de Integridade, Transparência e Combate à Corrupção, com propostas que envolvem dez pilares abrangendo empresas, sociedade civil, poderes

judiciário e legislativo, empresas públicas, mídia e órgãos de controle. No ambiente de negócios o que se almeja, por meio do sistema de integridade, é “converter a corrupção em um ato de alto risco e baixos rendimentos”, afirma o documento-base do plano. A lista inclui a regulamentação dos acordos de leniência previstos na legislação anticorrupção (Lei 12.846/13) e a maior transparência no acesso à informação no setor privado e mercado de capitais para facilitar as decisões de investidores.

O objetivo maior é contribuir para o aperfeiçoamento da relação público-privada, estabelecendo a confiança necessária aos negócios. O plano foi desenhado a partir de análise sobre avanços e vulnerabi-

lidades, elaborada em 2014 e 2015 pela professora Rita Biazon, da Universidade Estadual Paulista (Unesp), especialista em combate à corrupção. Para o setor público, as propostas vão da reforma político-partidária à maior transparência nas empresas estatais e controle social das compras governamentais. Entre as sugestões, além de uma nova legislação para reduzir e regulamentar os cargos de livre provimento, recomenda-se maior investimento na capacitação dos recursos humanos da administração pública, para que sejam capazes de mapear riscos.

“O momento atual é de construir coalizões tanto na sociedade civil organizada como entre as empresas, criando diálogo com o Le-

gislativo e Judiciário, para se chegar a um consenso sobre as medidas que precisam ser tomadas”, informou Magri. Para ele, o efeito indutor de mercado é chave, mediante a articulação de acordos setoriais. A atual situação política do país, reconheceu o executivo, não é favorável: “Existe a percepção de que políticas avançadas podem retroceder”. No entanto, o momento é também de oportunidade: “Não podemos colocar essas decisões exclusivamente no Congresso e as empresas estão agindo para articular sistemas de integridade sem a dependência do governo”.

A estimativa é finalizar o processo de debate no próximo ano, para que o plano possa influenciar as eleições em 2018. O texto em dis-

cussão considera que apesar dos avanços relativos ao maior controle social sobre os governantes, ao reconhecimento dos desafios pelo mercado e às ações do Judiciário, “a punição, sozinha, não é suficiente para coibir a corrupção. É preciso aprimorar os mecanismos de identificação e prevenção de atos ilícitos”.

Para Magri, nada avançará sem molduras e formas de trabalhar que multipliquem a agenda da transparência e integridade. “Vivemos incertezas graves neste momento de transição”, aponta Jorge Hage, professor de direito processual civil da Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal. O ex-ministro chefe da Controladoria Geral da União lista con-

quistas como a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Portal da Transparência, a Lei de Acesso à Informação e o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas, que tem 6 mil sanções registradas.

“O clima político radicalizado não ajuda no diálogo para novos avanços como as dez medidas contra a corrupção propostas pelo Ministério Público”, lamentou Hage, ao lembrar que há um “impasse entre as penalidades legais e a necessidade de se preservar milhares de empregos e a atividade econômica em geral”. Essa conjuntura, concluiu o professor, “aumenta ainda mais o desafio de um plano envolvendo diferentes seguimentos da sociedade com uma agenda comum”. (SA)

Especial Economia sustentável

Eleições Sugestões tomam como base o Programa Cidades Sustentáveis

ONGs se unem para levar propostas a candidatos

Roseli Loturco Para o Valor, de São Paulo

Às vésperas das eleições municipais de 2016, organizações não governamentais (ONGs) chamam a atenção para a importância de pressionar os candidatos a cargos executivos a assumir compromissos para a adoção de uma gestão pública mais sustentável, caso sejam eleitos. As propostas fazem parte de princípios e diretrizes do Programa Cidades Sustentáveis, que hoje está sendo implementado em 50 cidades em todo país, incluindo as capitais São Paulo, Rio, Manaus e Belo Horizonte.

Os municípios já signatários do acordo receberam nos últimos anos capacitação técnica e acesso a indicadores e referências de boas práticas e começam a apresentar alguns avanços no desenvolvimento social, econômico e ambiental. Para fortalecer o debate e impulsionar acordos globais sobre o tema, foi criada uma frente internacional de prefeitos para dar sustentação ao projeto e oferecer parâmetros externos comparativos.

“O programa contempla 12 eixos e abriga objetivos das ONU, estabelecendo metas para indicadores. Tudo é acompanhada por cem observatórios de gestores”, explica Oded Grajew, coordenador-geral da Rede Nossa São Paulo, uma das 60 ONGs que participam do projeto.

Uma cidade grande que se comprometa com o programa tem que selecionar próximo a 150 indicadores. São Paulo conseguiu mudar a lei orgânica do município, obrigando todo prefeito eleito a apresentar metas numéricas socioambientais para a cidade e reportar a cada seis meses. Hoje são 123 metas já estabelecidas nesta gestão. “Todo mundo pode avaliar no site da prefeitura e do Nossa SP. O que



Grajew: “Como a lógica dos partidos políticos é a do poder, resta a nós pautá-los com temas de interesse público”

fazemos é acompanhar as cidades com indicadores objetivos, metas e pesquisa de percepção”, diz Grajew, que apresentou para os candidatos na semana passada pesquisa feita pela ONG sobre mobilidade na capital paulistana.

“Como a lógica dos partidos políticos é a do poder, cabe a nós pressioná-los e pautá-los para os temas de interesse público e não eleitoral”, provoca. Grajew defende que não haverá mudança na desigualdade social, a menos que a sociedade participe, pois só em democracias participativas há melhorias nas vidas das pessoas. “Os países escandinavos levaram a fundo a participação das sociedades. Nós temos essas metas de participação e percepção sobre qualidade de vida”, diz.

A Rede Nossa São Paulo nasceu em 2007 dentro do Instituto Ethos e a partir da percepção de que a atividade política no Brasil, as insti-

tuições públicas e a democracia estão com a credibilidade cada vez mais abalada perante a população. Hoje mais de 700 organizações da sociedade civil integram a Rede, que busca sensibilizar empresas, sindicatos, associações, comunidades para que pressionem o poder público por mudanças e melhorarias para a cidade. “É preciso a participação efetiva da sociedade civil para que as coisas possam mudar. A Nossa São Paulo tem sido uma referência com o plano de metas”, avalia Jorge Abrahão, diretor-presidente do Instituto Ethos, cujos associados têm faturamento anual correspondente a 35% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e que também participa ativamente no Programa Cidades Sustentáveis.

Assim, como a Rede Nossa SP e o Ethos, a ONG Atletas pelo Brasil também percorre o país atrás de objetivos semelhantes ao promo-

ver a democratização do esporte como complemento à educação. A origem da Atletas vem do entendimento de que as decisões políticas vão ser tomadas e a sociedade civil tem que participar e interferir na gestão pública e reforma política. A ONG sempre trabalhou com a mesma lógica do programa Cidades Sustentáveis. Hoje são 58 atletas que querem melhorar o esporte nas escolas públicas, pois acreditam que isso impacta a educação, saúde e o espaço público. “Quando o país foi escolhido como sede dos grandes eventos esportivos, definimos metas para entregar aos governos que incluíam 100% das escolas públicas com esporte e dobrar a taxa de atividade física e esportiva da população”, lembra Daniela Castro, diretora executiva da Atletas pelo Brasil, que acredita que precisa da adesão dos prefeitos para que as políticas públicas aconteçam no país.

SILVIA CONSTANTIN/VALOR

Janice Kiss Para o Valor, de São Paulo

A necessidade de diminuir o impacto ambiental nas atividades econômicas se tornou mais urgente do que nunca tendo em vista as metas traçadas pelo Acordo de Paris, documento resultante da Conferência do Clima de Paris (COP-21). O compromisso dos países que assinaram o tratado, como o Brasil, é manter o aumento da temperatura média global em menos de 2º C acima dos níveis pré-industriais, com o esforço de limitar essa elevação a 1,5º C.

De certa maneira, esse mapa para a localização dos recursos já tem meio caminho andado. Segundo André Nahur, coordenador do Programa de Mudanças Climáticas e Energia do WWF-Brasil, existem 91 fundos disponíveis (74% deles são multilaterais, formados pela contribuição de vários países) conforme contabilizou a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD, na sigla em inglês).

A origem deles também é diversa com financiamentos que podem ou não ser reembolsáveis, de participação private equity, de capital de risco, por meio de incentivos econômicos, fiscais, tributários e de crédito, entre outros. “É preciso considerar como investimento e não custo esses fundos direcionados para mudanças climáticas”, diz Nahur. Segundo ele, o Fundo Verde do Clima, o mais conhecido deles, tem US\$ 100 bilhões de recursos disponíveis. Desse total, apenas 10% foram utilizados para programas de mitigação e adaptação. “Precisamos de bons projetos para acessar esses recursos”, diz.

Semelhante aos outros palestrantes da conferência, André Nahur reforça a urgência na dimi-

nuição de gases-estufa na atmosfera e o aumento da resiliência às mudanças do clima. É comenta sobre os percalços que a agricultura já enfrenta no país, com secas e chuvas extremas que, entre outros estragos, afeta a produção de alimentos. O estudo Impactos das Mudanças Climáticas na Produção Agrícola Brasileira, publicado em 2008, pela Embrapa, aponta que os reveses no clima causarão perdas de US\$ 5 bilhões no campo até 2020. O café arábica é uma das culturas mais vulneráveis. A pesquisa indica a migração dos cafezais — Minas Gerais é o maior produtor — para o Sul do país, em busca de temperaturas menos quentes.

Katherina Elias-Trostmann, analista de pesquisa, vulnerabilidade e adaptação da WRI-Brasil, avalia a necessidade de as empresas e o governo aplicarem uma “lente cliente climática sobre suas atividades e políticas públicas”. Para ela, o mundo não tem mais a chance de fracassar. A conclusão é baseada no trabalho The Global Risks Report 2016, do Fórum Econômico Mundial, sobre os três riscos grandes riscos nessa área: não implantar a tempo as medidas (adaptação e mitigação) aliadas ao clima, imigração provocada pelo aquecimento das temperaturas e crise hídrica. “Basta lembrar a seca do Estado de São Paulo que atingiu 15 milhões de pessoas”.

A pesquisadora aponta para a necessidade de programas de adaptação climática, como o lançado pelo Ministério do Meio Ambiente no primeiro semestre. O plano é composto por ações voltadas para agricultura, recursos hídricos, segurança alimentar e nutricional, biodiversidade, cidades, gestão de risco aos desastres, indústria e mineração, infraestrutura, povos e populações vulneráveis, saúde e zonas costeiras.

Amazônia requer nova abordagem

De São Paulo

Antes de pensar sobre os futuros possíveis para a Amazônia, é preciso ter claro o quanto a manutenção desse bioma é crucial para a regulação climática. Foi com essa questão que Adriana Ramos, coordenadora do Programa de Política e Direito Socioambiental do Instituto Socioambiental (ISA), abriu o painel sobre Clima e Amazônia. “É sempre necessário reforçar que o Brasil compartilha esse território com outros países [Bolívia, Peru, Colômbia, Equador, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa]”, comenta.

A ponderação de Adriana vai ao encontro do conceito batizado de “Quarta Revolução Industrial”, originário durante o Fórum Mundial de Davos, na Suíça, neste ano, que trata de movimentos globais que transformaram as sociedades por meio de inteligência artificial, robótica, genômica, entre outros. No caso espe-

cífico da Amazônia, ela concorda com a posição defendida pelo climatologista Carlos Nobre, pesquisador aposentado do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), “de que o olhar deveria ser pelos recursos biológicos” — não apenas os naturais como água, terra e minerais. “Precisamos de uma nova abordagem sobre o desenvolvimento da Amazônia”, afirma Adriana.

Por meio desse novo conceito, um modelo que associa ciência ao conhecimento tradicional das comunidades locais e povos indígenas estaria no foco desse plano de inovação. “Um exemplo seria a exploração sustentável de produtos já conhecidos como castanha-do-pará, cacau, açaí, cupuaçu etc”, comenta. Juan Fernando Reyes, secretário executivo da Articulação Regional Amazônica (ARA), concorda com a coordenadora do ISA e reforça que as políticas de desenvolvimento para o bioma estão abaixo do estipulado. “Segundo

ele, 56% da Amazônia boliviana está em condições de pobreza, com baixos indicadores de saúde e educação primeira”, afirma.

Além disso, o foco sobre as implicações do desmatamento na região (no caso brasileiro) — aumento de 6,45% (372 quilômetros quadrados) em relação a 2015, o que torna a taxa oficial de destruição da floresta 24% maior do que em 2014, conforme o Inpe — põe em evidência os impactos da pecuária na região e pressão sobre as empresas em relação à compra do produto. Segundo Leonardo Lima, diretor corporativo de Sustentabilidade da Arcos Dorados/ McDonald’s América Latina, a companhia fez uma parceria com o Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTIPS), que trabalha com a implantação de modelos mais eficientes e com menor “pegada ambiental” da atividade. “Ainda é uma pequena parte considerando o volume total [a rede de lanchonetes no país é

abastecida com 33 mil toneladas por ano], mas é a melhor ação que a empresa poderia fazer nesse sentido”, informa.

Na avaliação de Ana Cristina Barros, diretora de Infraestrutura Inteligente da ONG The Nature Conservancy na América Latina (TNC), as práticas empresariais nos dias de hoje procuram levar mais em consideração os impactos ao meio ambiente em relação ao ano passado. A bióloga integrou o painel sobre logística de baixo carbono e commodities industriais, que, por sinal, está no foco da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, uma aliança formada por associações empresariais e organizações não governamentais que tem o objetivo de propor políticas públicas, entre elas, as voltadas para a redução de emissões e adaptação à mudança do clima. “A rodovia, da qual o Brasil é tão dependente, faz parte de uma agenda velha de transporte”, comenta. Circular cargas por hidrovias é apontada



SILVIA CONSTANTIN/VALOR

Adriana Ramos: é necessário reforçar que Brasil compartilha a Amazônia

como meio de transporte mais eficiente e menos poluente.

Celina Carpi, acionista e membro do Conselho de Administração do Grupo Libra, conta como os aspectos ambientais foram considerados na expansão do terminal, no Rio de Janeiro, um prolongamento do cais a ampliação do pátio de contêineres. A escola pela construção de uma la-

je de concreto sobre estacas, ao contrário de aterro, reduziu a interferência do projeto no espelho d’água e no corpo hídrico. “Optamos pelo custo mais elevado em benefício da preservação dos ecossistemas”, informa Celina. No seu entender, hoje a discussão sobre custos passa pelo meio ambiente, que no passado não era considerado. (JK)

Sistema calcula impacto causado ao meio ambiente

De São Paulo

Até pouco tempo atrás, colocar na conta de uma atividade econômica o impacto que ela causava ao meio ambiente era uma contabilidade que, a bem da verdade, nem existia tendo em vista que a ideia de desenvolvimento era formada basicamente por produção e colheita de bons resultados.

Foi assim que aconteceu com a expansão da fronteira agrícola rumo ao Centro-Oeste, nos anos 1970, e que ajudou colocar o agrogênio no cenário internacional. “Preservar estava fora de cogitação”, diz Sérgio Leitão, fundador e

diretor de relações com a sociedade do Instituto Escolhas, um think tank fundado em 2015, que trabalha para traduzir numericamente os impactos econômicos, sociais e ambientais das decisões públicas e privadas. Na Conferência Ethos 360º, Leitão esteve à frente do painel sobre a transição para uma economia de baixo carbono, cuja meta é diminuir a emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelo aquecimento do clima.

Ele não nega a árdua tarefa do Brasil (o país está entre os dez maiores emissores do planeta), que assumiu recentemente o compromisso de cortar as emis-

sões em 37% até 2015, com o intuito de redução de 43% até 2030 (ambos em comparação aos níveis de 2005) ao ratificar recentemente o Acordo de Paris, resultante da Conferência do Clima de Paris (COP21).

O compromisso dos países que assinaram o tratado é manter o aumento da temperatura média global em menos de 2º C acima dos níveis pré-industriais, além de um esforço extra: limitar essa elevação a 1,5º C. No entanto, Sérgio Leitão levanta dúvidas sobre quais bases será feita essa transição para a economia de baixo carbono. “Por meio da

agricultura moderna, das startups em inovação, da biodiversidade? ”, questiona. O receio do diretor é que depois de passada a atual crise, quais modelos serão adotados para uma economia que leva em conta as mudanças climáticas? Por outro lado, ele não acha impossível o país quebrar o ciclo sempre em oposição entre meio ambiente e economia. “Podemos sair de um ciclo vicioso para um virtuoso”.

Com o intuito de apontar como uma dessas mudanças pode se tornar possível, o Instituto Escolhas lançou na semana passada uma plataforma (batizada de #Quanto

é? Plantar floresta) que ajuda estimar o valor para recuperar a área de floresta nas propriedades rurais brasileiras e o retorno econômico que pode ser gerado a partir disso. Estima-se que a agropecuária seja responsável por 60% das emissões do país levando em conta as emissões indiretas provenientes do desmatamento e do uso de combustíveis fósseis.

Por meio desse sistema, o produtor seleciona no mapa a maior região onde está a área a ser recuperada, insere o tamanho e a plataforma propõe oito modelos de recuperação de floresta, dependendo do grau de degrada-

ção da área e sua finalidade (área de preservação permanente, reserva legal ou somente floresta-mento) com ou sem intenção de retorno financeiro. O agricultor também consegue calcular o investimento a ser feito combinando diferentes modelos de recuperação de florestas.

Uma das conclusões desse trabalho foi a de que o Brasil precisa restaurar 12 milhões de hectares até 2030 para que o país consiga cumprir uma das metas apresentadas na COP21. O Instituto também pretende auxiliar os produtores que precisam adequar suas propriedades ao Código Florestal. (JK)

Especial Economia sustentável

Efeito-estufa Posicionamento sobre mecanismos de precificação de carbono é lançado durante conferência

Documento propõe redução de emissões

Janice Kiss
Para o Valor, de São Paulo

Durante a Conferência Ethos 360°, a Iniciativa Empresarial em Clima (IEC), lançou o documento “Posicionamento sobre Mecanismos de Precificação de Carbono – 2016”, que trata da necessidade de implementação de um mecanismo de precificação de carbono no Brasil, como alternativa para reduzir as emissões de gases de efeito-estufa (GEE) e impulsionar o crescimento econômico, conforme o modelo adotado. “É um estímulo para que empresas, governo e sociedade optem por práticas mais sustentáveis, incentivando o desenvolvimento de tecnologias não poluentes e envolvendo consumidores”, informa Flávia Resende, coordenadora de políticas públicas do Instituto Ethos.

Ela cita os dados do World Resources Institute (WRI) que apontam a necessidade de US\$ 5,7 trilhões de investimentos anuais até 2020 para reduzir a quantidade de carbono na atmosfera e assegurar o cumprimento do Acordo de Paris para que o aumento da temperatura global não ultrapasse 2º C. O documento do IEC apresenta oito propostas ao governo que tratam desde a construção de uma

estratégia para esse mercado ao comprometimento de um cronograma que contemple um modelo precificação até o final de 2018 e implementação a partir do início de 2020.

Segundo o Banco Mundial (Bird), cerca de 40 países estabeleceram alguma forma de cobrança sobre a emissão de CO₂, que se tornou uma commodity transacionada em mercados criados para ajudar o setor privado a reduzir suas emissões de gases de efeito-estufa.

Os mercados de carbono usam o princípio conhecido como cap-and-trade (“limite e comercialização”, em inglês), que começa com o governo estabelecendo um limite máximo de emissões e distribuindo direitos de poluição entre as empresas e as entidades que precisam fazê-lo, em setores como indústria, energia e transporte.

Cada entidade pode então emitir o CO₂ necessário à sua atividade ou negociar a venda de seus créditos de emissão para empresas e setores onde seja mais caro fazê-lo. A ideia de permitir a troca de direitos de emissão é baratear o custo geral dos investimentos para mitigação, a redução do CO₂ e de outros gases-estufa. “Mas a precificação é um componente da política de



Inaiê Takaes Santos, da Fundação Getúlio Vargas: precificação é componente da política de clima e não bala de prata

clima e não a ‘bala de prata’, avalia Inaiê Takaes Santos, pesquisadora do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVces).

Há também um quebra-cabeça a ser enfrentado dentro desse

futuro mercado de carbono brasileiro que é ver maneiras práticas de incluir nesse tipo de esquema o setor agropecuário, um dos maiores produtores de gases estufa do país. Mesmo que o inventário nacional consiga ava-

liar as taxas de emissão para o setor, ainda não existe uma tecnologia capaz de calcular e monitorar o carbono emitido pelos 5 milhões de imóveis rurais no país. O próprio setor industrial enfrenta diversas indefinições.

“Que instrumentos vamos precisar para a economia de baixo carbono? Como trabalhar em um mercado globalizado competitivo?”, indaga Anícia Pio, gerente do Departamento de Meio Ambiente da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp).

Alexandre Kossoy, especialista financeiro do Bird, coordena os relatórios feitos pelo banco sobre a precificação de carbono no mundo. “Nos últimos cinco anos, foram criados impostos ou estruturados mercados que correspondem a 13% das emissões globais”, informa. Ele explica que o valor desses instrumentos representa US\$ 50 bilhões. “Com a entrada da China, esse potencial sobe para US\$ 100 bilhões”, diz.

Pare ele, o fato de os dois maiores emissores mundiais [Estados Unidos e China] terem sistemas de precificação de carbono, é um sinal claro de uma mudança em curso. “O importante é dar preço ao carbono de alguma maneira”, diz. Kossoy avalia que a tendência do risco associado à mudança do clima tende a aumentar nos próximos anos. “Isso afetará cada vez mais negócios e investimentos”, diz. Por essa razão, ele defende que preço do carbono precisa subir e ser compatível com a transição de uma economia que não tenha seu alicerce em recursos fósseis.

Mobilidade enfrenta resistências

De São Paulo

A qualidade do transporte público e o tempo gasto nos deslocamentos diários incomodam o paulistano, que tem aprovado cada vez mais medidas como a criação de corredores de ônibus e as ciclovias. No entanto, deixar o carro na garagem ainda é mais uma aspiração do que realidade para a maior parte das pessoas que utilizam o transporte individual como principal forma de locomoção na cidade: 34% dos paulistanos afirmam utilizar o carro como meio de transporte todos os dias, mesmo que de carona ou táxi. Há um ano, esse percentual era de 32%, o que sugere que a adesão não se alterou de forma significativa.

Os dados fazem parte da 10ª edição da pesquisa sobre percepções do paulistano, realizada pelo Ibope Inteligência e a Rede Nossa São Paulo. Foram entrevistados 602 moradores da cidade de São Paulo com 16 anos ou mais, entre os dias 23 de agosto e 1 de setembro. O levantamento, apresentado na semana passada em São Paulo, foi tema de dois debates na Conferência Ethos 360.

Entre os usuários de automóvel, 49% afirmaram que utilizaram o carro com “menor frequência” nos últimos 12 meses, 27% afirmaram que usam com “frequência igual” e 22% com “maior frequência”. E ainda 51% dos entrevistados afirmaram que “com certeza” deixariam de utilizar o carro se tivessem “me-

lhor alternativa de transporte”. No ano passado, esse percentual era de 52%. “Quando o paulistano diz que está deixando mais o carro em casa, na verdade isso reflete mais um desejo de fazê-lo do que a realidade. Estamos dopados por essa cultura”, diz Carlos Aranha, consultor da Rede Nossa São Paulo. Segundo a pesquisa, 60% dos moradores da cidade afirmam ter carro em casa.

Entre os moradores da cidade, romper com a cultura do transporte individual motorizado ainda é uma barreira difícil de ser transposta, embora o estudo mostre que aumenta a aprovação da população a medidas como o aumento da malha cicloviária e dos corredores de ônibus. Se em 2015, 59% apoiavam a construção de mais cicloviárias e ciclofaixas, em 2016 o número subiu para 68% dos entrevistados. E 92% dos paulistanos (ante 90% em 2015) apoiam a construção de mais corredores ou faixas de ônibus. Entre os usuários frequentes de carros, a aprovação é de 90%.

No entanto, o nível de satisfação do paulistano com os aspectos ligados à locomoção na cidade é mediano. A satisfação com o transporte público (ônibus, metrô, trem) de maneira geral é de 5,1 pontos, em uma escala que vai de 1 a 10 — quanto menor o número, maior a insatisfação. O item de maior pontuação na pesquisa foi a quantidade de faixas de pedestres, com 5,5 pontos, e os menores índi-



Carlos Aranha: moradores de SP estão “dopados” pela cultura do automóvel

ces de contentamento foram com a situação geral do trânsito (3,2 pontos) e controle da poluição do ar (3,5 pontos). “A qualidade do ar, aliás, é apontada como o tipo de problema mais grave na cidade por 64% dos paulistanos”, afirma Márcia Cavallari, CEO do Ibope Inteligência. O mesmo percentual de pessoas, 64%, afirmou que já tiveram problemas de saúde no domicílio relacionados a isso.

De carro ou transporte público, gasta-se muito tempo nos deslocamentos diários em São Paulo, o que alimenta a insatisfação da população. Segundo a pesquisa, 33% dos paulistanos gastam entre uma hora e duas horas no trânsito para realizar suas atividades principais (trabalho ou estudo); e 17% dos moradores da cidade gastam entre duas e três horas em seus deslocamentos.

Interconectar diferentes modais é um dos caminhos para reduzir o tempo médio dos deslocamentos e para que um maior número de pessoas passe a utilizar o transporte coletivo, na avaliação de Diego Conti, professor da Fundação Instituto de Administração (FIA) e da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

Na prática, já existem opções conectando metrô a trens, ônibus e bicicletas, mas é preciso desenhar mais alternativas. “O rio Tietê, por exemplo, poderia ter balsas transportando pessoas”, diz o professor. Conti aponta soluções que podem ser viáveis: o adensamento dos bairros, aproximando moradia dos locais de trabalho e o uso de carros compartilhados (o Rio de Janeiro será a primeira cidade a ter um projeto do tipo), (AV)

Melhorias podem vir com empresas

De São Paulo

Quando o assunto é promover melhorias na mobilidade urbana, muito se fala no papel do poder público em direcionar investimentos para o transporte coletivo e tornar as cidades mais acessíveis para os pedestres. Mas cabe também ao setor privado contribuir para a tarefa, na avaliação de especialistas que participaram de um painel sobre o tema durante a Conferência Ethos 360°. Entre medidas que podem ser adotadas pelas empresas, estão o fornecimento de bicicletas ou carros compartilhados de uso corporativo; a descentralização e flexibilização do trabalho — permitindo aos funcionários que trabalhem em casa alguns dias por semana, por exemplo; promoção de programas de caronas entre funcionários e a provisão de infraestrutura de apoio para colaboradores que pedalam, como bicicletários e vestiários com chuveiros.

“Chegou o momento de as empresas fazerem trocas com a cidade. Afinal, elas são grandes beneficiárias de uma melhor mobilidade”, afirma Ricardo Corrêa, sócio fundador da TC Urbes, empresa de planejamento urbano com foco em soluções de mobilidade. Além de consequências diretas como maior produtividade, queda no absenteísmo e funcionários mais saudáveis e motivados, a redução

do tempo gasto no trânsito e dos engarrafamentos poderia reverter um prejuízo estimado em R\$ 50 bilhões/ano, só em São Paulo, segundo um estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Mesmo as sedes e espaços públicos no entorno das empresas podem ser planejados de modo a se tornarem mais amigáveis para pedestres e ciclistas. O desafio é romper com a lógica do investimento em vagas de estacionamento, na avaliação de Ana Ogarrío, consultora do Instituto Mexicano para a Competitidade (IMCO). “Os estacionamentos espalham a mancha urbana e oneram os custos dos imóveis. No México, por lei, todos os negócios, mesmo os pequenos, têm de prover estacionamentos para seus clientes, e isso é contra-producente”, diz Ogarrío.

Segundo ela, os países europeus têm lidado melhor com a questão, até mesmo por falta de espaço — mas os latino-americanos ainda estão imersos em uma cultura de valorização excessiva do automóvel individual. “Em Paris, se um edifício comercial está a menos de 500 metros de uma estação de metrô, não se exige construir estacionamentos”, diz a consultora.

Prover soluções de melhoria de mobilidade urbana pode ser também oportunidade de negócios para as empresas — e isso inclui de multinacionais até startups. (AV)

Perdas de água custam R\$ 8 bilhões ao ano no Brasil

De São Paulo

As perdas de água tratada na rede de distribuição causam ao país um prejuízo econômico de R\$ 8 bilhões por ano, mas 60% desse total poderiam ser revertidos com investimentos em melhoria da infraestrutura e dos processos de gestão. O Brasil convive com um índice médio de perdas na distribuição de 36,7%, segundo os dados mais recentes, de 2014, do Sistema de Informações sobre Saneamento (SNIS), do Ministério das Cidades. E, embora tenha havido uma queda de 6,8 pontos percentuais no índice nos últimos dez anos, as perdas são consideradas altas frente a padrões internacionais. Há ainda grandes variações conforme a região — no Norte, por exemplo, há municípios em que 70% da água

tratada é perdida em razão de infraestrutura precária e envelhecida, falhas na medição e ligações clandestinas.

“Perdemos água tratada, clorada e fluoretada. Mais do que uma questão econômica, é um problema ambiental sobre o qual a sociedade não tem a exata dimensão”, afirmou Ernani Ciriaco de Miranda, diretor de Articulação Institucional da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, durante painel realizado no segundo dia da Conferência Ethos 360°. Segundo ele, o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab) do governo federal coloca como meta chegar a um índice médio de perdas de 31% em 2033, mas experiências em curso mostram que essa meta é conservadora — seria possível

chegar a perdas médias de 20% no prazo de dez anos.

Para isso, serão necessários investimentos da ordem de R\$ 76,8 bilhões nos próximos 20 anos em renovação da infraestrutura — muitas cidades ainda possuem redes de ferro e amianto que estão em funcionamento há mais de cinco décadas — e tecnologias de gestão de perdas. Esse montante equivale a investir 12% da receita do setor pelos próximos cinco anos, com retorno estimado entre três e cinco anos. “Isso traria uma recuperação das perdas atuais de receita da ordem de R\$ 4,8 bilhões”, diz Miranda.

Algumas iniciativas já estão em curso, no âmbito dos governos, no âmbito dos governos, da iniciativa privada e da sociedade civil, para reduzir as perdas na distribuição de água. O Ministério das Cidades iniciou

processo para colocar em prática uma metodologia batizada de Com+Água, que reúne nove medidas que se articulam entre si para promover a redução de perdas, em duas concessionárias estaduais, a Embasa (Bahia) e Compesa (Pernambuco). O plano é que, pelos próximos 18 meses, as concessionárias adotem medidas como macromedicação, automação de sistemas, modelagem hidráulica das redes e gestão do uso de energia, entre outras.

Outro programa com esse propósito é o movimento Menos Perda, Mais Água, iniciativa da Rede Brasil do Pacto Global das Nações Unidas, que reúne 50 participantes, entre empresas, prefeituras, ONGs e universidades. Lançada em novembro de 2015, a iniciativa está alinhada com os Objetivos do Desenvolvi-

mento Sustentável (ODS), conjunto de metas de desenvolvimento lançadas pelas Nações Unidas durante a Rio+20, em 2012, e que passaram a valer este ano. “Com 35 milhões de brasileiros sem acesso à água potável, é impossível conviver com um índice de 37% de perdas físicas na distribuição. O movimento quer acelerar a redução dessas perdas até 2030”, diz Mario Pino, gerente corporativo de desenvolvimento sustentável da Braskem, uma das empresas que lideram a iniciativa. Segundo ele, o “sonho” é alcançar um índice entre 15% e 17% em média até 2030. O movimento lança este mês uma cartilha voltada para os candidatos a prefeito para que incluam o tema em suas plataformas de governo.

Outro pilar do movimento é a

disseminação de boas práticas. Alguns municípios brasileiros têm obtido resultados positivos na guerra contra as perdas. Campinas e Limeira, no interior paulista, são dois exemplos. Em duas décadas, Campinas conseguiu reduzir pela metade suas perdas no sistema de distribuição, que eram de 40% em 1994 e hoje são de 20%. Na prática, foram 420 milhões de metros cúbicos de água tratada que deixaram de escoar pelas tubulações em 21 anos. Limeira, que tinha perdas de 45% em 1995, hoje ostenta uma perda média de apenas 16%. Entre as capitais, Campo Grande também tem investido forte em tecnologias para redução do desperdício e em dez anos reduziu suas perdas em 66%, passando de um índice médio de 56%, em 2006, para 19%, em 2015. (AV)

Especial Economia sustentável

Tendências Redução da desigualdade social é estratégica para empresas garantirem longevidade

Boas práticas podem avançar com leis e políticas públicas

Roseli Loturco
Para o Valor, de São Paulo

A agenda de integridade, meio ambiente e direitos humanos pode perder prioridade para o novo modelo de avanço econômico do atual governo. Essa avaliação é feita por representantes de diferentes áreas sociais ligados a empresas, sindicato e universidade. Isso porque o grau de universalização de práticas sustentáveis das empresas avança em função da adoção de políticas públicas, aprovação de leis específicas e acordos globais que são indutores de comportamento. Esse é um caminho que vem sendo percorrido lentamente há anos no Brasil. Mas ainda falta muito para avançar na diminuição da desigualdade social. Não apenas por ser este um grande dilema ético, mas para que o país atinja o nível de uma sociedade mais equilibrada, geradora de oportunidade de negócios longevos. “Cito como exemplo a PEC — proposta de emenda constitucional — do trabalho escravo e a Lei Anticor-

rupção que são conquistas que orientam o futuro do país”, afirma Jorge Abrahão, diretor-presidente do Instituto Ethos, cujos associados têm faturamento anual correspondente a 35% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e empregam em torno de 2 milhões de pessoas. O Ethos, que teve envolvimento ativo desde a formulação até a aprovação da PEC do trabalho escravo, em 2014, defende que outros instrumentos legais sejam estabelecidos para avançar nos quesitos inclusão social, direitos humanos, qualidade do trabalho e nas questões do clima, mas acredita que isso só tem chances de acontecer com pressão e participação do conjunto da sociedade. No caso da Lei Anticorrupção, regulamentada no ano passado, além das novas regras, os efeitos da Operação Lava-Jato levaram um número recorde de 200 empresas a se cadastrarem para receber o selo de integridade do Pró-Ética, criado em 2011 pelo Ethos junto com a antiga CGU e outras entidades. Dessas, cem

não passaram pelos quesitos de seleção e checagem de dados. “Se as cem restantes forem aprovadas, iremos quintuplicar o número de empresas que hoje possuem práticas eficientes de integridade e combate a corrupção”, diz Abrahão. Para o professor do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo (USP), Ricardo Abramovay, há quatro caminhos para que o Brasil alcance um outro patamar social. O primeiro é a manutenção e o melhor foco das políticas de transferências de renda para populações pobres. O segundo consiste em investir na maior oferta de bens públicos e serviços coletivos como transportes, saneamento básico, saúde e educação de qualidade. O terceiro está em nortear o crescimento econômico pela inovação voltada à sustentabilidade. “Isso se exprime na prática em inibir a implantação de montadoras de veículos que perpetuam um modelo de mobilidade que está com os dias contados: o do automóvel individual com mo-



Thomaz Ferreira Jensen, do Dieese: alta rotatividade com demissões sem justa causa provoca instabilidade

tor a explosão interna”, explica Abramovay. Outro exemplo é o modelo de geração de energia. “Continuamos flertando com o atraso nos projetos faraônicos de hidrelétricas na Amazônia, enquanto China e Índia miram cada vez mais em renováveis modernas como solar e eólica”, diz o professor. O quarto consiste em aplicar tecnologias avançadas na economia do conhecimento. “E não da destruição da natureza, sobretudo na Amazônia e no Cerrado”, afirma Abramovay. O modelo de economia circular, adotado pela União Europeia e pela China como política pública é tido como um bom exemplo a ser seguido pelo Brasil. No caso da China, a mão de obra barata está cedendo lugar, na opinião do professor, à vantagem competitiva de uma “indústria altamente inovadora”, com grau crescen-

te de robotização. A questão maior é qual a qualidade de crescimento econômico que o Brasil busca? “Parte importante de nossa elite empresarial está brigando para aumentar competitividade por redução de custos trabalhistas e flexibilização da legislação ambiental”. Para Abramovay, isso é um tiro no pé, pois não sinaliza para o fundamental que é a capacidade de agregar inteligência, informação e conhecimento aos processos produtivos. “Economia circular e indústria 4.0 apontam exatamente nesta direção”, afirma. Considerando os problemas estruturais e sociais que o Brasil ainda não superou, especialistas concluem que a igualdade tem que estar no centro das discussões sobre o futuro do país. “Há ainda enorme desigualdade de remuneração por sexo e cor. Há

alta rotatividade de demissão sem justa causa, o que gera instabilidades nas empresas”, exemplifica Thomaz Ferreira Jensen, assessor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). A política de valorização do salário mínimo é resultado, na avaliação de Jensen, de uma marcha para diminuir a desigualdade travada nos últimos 15 anos e que não deve retroceder. “O impacto da valorização do salário mínimo foi de 80% desde 2002. Quase 50 milhões de pessoas têm rendimentos ligados ao salário mínimo”, diz o técnico do Dieese, que publicou estudo que aponta que, apesar do avanço, o Brasil está em patamar muito aquém do ideal. Nos cálculos do órgão, o salário mínimo necessário para reduzir de fato a desigualdade seria de R\$ 3,7 mil.

Na cidade somos todos pedestres.

Para ver o que existe de mais avançado no transporte em sistemas BRT, você vai ter que olhar por outro ângulo.

Chassis de ônibus Mercedes-Benz. Pensando no coletivo. Pensando no futuro.

mercedesbenzonibus

Quando a Mercedes-Benz desenvolve um chassis de ônibus ela pensa em tudo: das necessidades dos clientes ao conforto dos passageiros. É por isso que ela oferece a linha mais completa de chassis em sistemas BRT. Produtos que entregam eficiência, rentabilidade e que garantem maior desempenho, economia e respeito ao meio ambiente. Porque para a Mercedes-Benz, investir em tecnologia é investir na qualidade do produto, buscando melhores resultados para o cliente e para o transporte nas metrópoles.

CRC: 0800 970 9090 | www.mercedes-benz.com.br

Mercedes-Benz

A marca que todo mundo confia.



Institutos ajudam empresas a criar canais de diálogo com comunidades

De São Paulo

O impacto que as empresas provocam em comunidades onde interferem com sua chegada é um problema antigo, mas novo na pauta estratégica dessas companhias. O entendimento de que são necessárias ações concretas de aproximação com as lideranças locais, criando fóruns de debates, veio de duas situações. Primeiro, da existência de leis ambientais e regras em processos licitatórios que obrigam as empresas a terem uma atuação em comunidades que sofrem impactos com sua atividade econômica. Segundo, pela percepção de que a falta de apoio social pode causar prejuízos que vão do comprometimento da imagem corporativa à dificuldade de atuação local e fechamento de acordos coletivos. Mas, como num primeiro momento a abordagem direta feita pelas empresas costuma sofrer resistência, algumas se aliam a insti-

tutos que possam preparar o ambiente para que a ponte seja estabelecida. É assim que o Instituto Lina Galvani trabalha junto a unidades de mineração e indústrias no interior da Bahia. Atua na preparação do terreno para criar um canal de diálogo entre empresa, comunidade e poder público. O primeiro desafio é desassociar a imagem do instituto à da empresa que representa para que a comunidade possa criar maior vínculo com o seu trabalho. Para isso, é preciso fazer a abordagem correta, respeitando as limitações de cada região. Quando o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da região é muito baixo, utiliza-se uma didática mais simplificada. “No interior da Bahia, o lugar onde atuamos tem IDH muito baixo. Já na Serra do Salitre, em Minas Gerais, com IDH melhor, agimos com uma empresa que emprega 1,5 mil trabalhadores em uma cidade com 12 mil habitantes”, explica Tatiana Mischan, gerente cor-

porativa do Instituto Lina Galvani, cujo papel é também estimular a comunidade a participar dos conselhos regionais do local para interferir na gestão pública. A avaliação é feita por meio de metas e projetos estabelecidos pelo instituto. Com indicadores que estão divididos em metodologia de participação, diálogo e governança a serem implantados nas associações locais. “Aplicamos pesquisa de marco zero quando entramos na comunidade, e a partir daí definimos quais ações prioritárias serão necessárias”, diz Mischan. A avaliação dos resultados é feita a cada dois anos, quando a pesquisa é reaplicada e os indicadores passam por constantes revisões. “A questão de empoderamento das mulheres é indicador novo, porque percebemos que para cada cinco grupos, quatro são lideranças femininas”, considera Mischan. Embora sejam transversais, essas ações, na opinião de especia-

listas, têm impacto na erradicação da pobreza. “Isso porque resultam em ganhos sociais discutidos com cada cidadão. Assim criam-se cidades mais sustentáveis”, indica Judi Cavalcante, fundador e sócio da Avesso Sustentabilidade. Com modelos semelhantes, mas em estágio de maturação diferentes, Suzano e Klabin adotaram estratégias parecidas para estruturarem canais de comunicação ativos com as comunidades impactadas por suas fábricas: a primeira no interior do Maranhão e do Pará e a segunda na região de Lages, em Santa Catarina. A Suzano, que tem programa implementado desde 2014 e atua em 140 comunidades, lembra que age em regiões “onde poucas coisas chegam às comunidades”. Com foco maior nas cidades de Dom Eliseu, no Pará, Cidelândia e Imperatriz, no Maranhão, após realizar fóruns com lideranças locais, implementou dois projetos em cada localida-



Ana Paula Soares, da Suzano: R\$ 800 mil para projetos para geração de renda

de. O mais importante foi a montagem de planos de negócios com cinco associações envolvidas para projetos coletivos de quebraadeiras de coco babaçu. “São projetos para geração de renda onde já investimos R\$ 800 mil. Estão previstos mais R\$ 700 mil até o final de 2017”, afirma Ana Paula Soares, coordenadora da Suzano Papel e Celulose. Nos outros projetos menores ligados a educação, agricultura familiar e sustentabilidade foram aplicados mais R\$ 270 mil. Mais novata nas ações coletivas, a Klabin vem desde janeiro pro-

movendo fóruns comunitários na região de Lages, em cidades com 15 mil habitantes em média. A diferença da Suzano é que neste caso a Klabin chamou outras empresas que atuam na região para participar. “Não queríamos decidir nada sozinhas e nem sentar na ponta da mesa. Entendemos que todos têm o seu grau de responsabilidade neste processo”, afirma Josué da Silva Vargas, gerente industrial das unidades de Santa Catarina da Klabin, que consegue reunir 80 lideranças em cada comunidade e já tem mapeado as necessidades de cada município. (RL)

Especial Economia sustentável

Entrevista Para especialista em inovação, quarta revolução industrial vai beneficiar sustentabilidade

Indústria 4.0 vai usar menos energia

Andrea Vialli
Para o Valor, de São Paulo

Um nível de automação industrial sem precedentes deu origem às chamadas fábricas escuras em países como Holanda e Japão: plantas industriais que operam praticamente no escuro, com robôs e alguns poucos profissionais humanos para comandar as máquinas. Essa realidade traduz o conceito da indústria 4.0, também conhecida como quarta revolução industrial. Nela, a convergência entre a tecnologia operacional (meios físicos de produção) e a tecnologia da informação resulta em um novo modo de produção que já está em curso e que deve transformar radicalmente a produção de bens de consumo, os empregos e o uso dos recursos naturais nos próximos anos.

A aposta é de Jeffrey Carbeck, especialista da área de inovação da consultoria Deloitte, que proferiu uma palestra sobre o tema na Conferência Ethos 2016. Segundo Carbeck, que também é consultor do Fórum Econômico Mundial, a in-

dústria 4.0 vai impactar positivamente os três pilares do conceito de sustentabilidade (econômico, ambiental e social).

Valor: Como podemos definir a indústria 4.0 e como surgiu o conceito?

Jeffrey Carbeck: O termo surgiu pela primeira vez em 2011, pela GTAI, a agência do governo alemão para comércio e investimento, quando foi desenhado um projeto de estratégias para o país na área de tecnologia. A base do conceito são os sistemas ciber-físicos, ou seja, a tecnologia que faz a conexão entre o mundo físico e digital nas fábricas. Na definição da Deloitte, é uma integração entre a internet das coisas (IoT, na sigla em inglês) e tecnologias como robótica, análise de big data, computação de alto desempenho, materiais avançados e realidade aumentada.

Valor: O que diferencia uma fábrica automatizada de uma "inteligente"?

Carbeck: O fundamento básico da indústria 4.0 é o de que, ao conectar máquinas, sistemas e ativos,

as empresas poderão criar redes inteligentes ao longo de toda a cadeia de valor. As fábricas inteligentes terão a capacidade e autonomia para operar, prever falhas no processo e adaptar a produção à demanda automaticamente. A internet das coisas [conexão em rede de objetos físicos, ambientes, veículos e máquinas por meio de dispositivos eletrônicos, como sensores, que permitem a coleta e troca de dados] é o item mais crucial na indústria 4.0, é por meio dela que a quarta revolução industrial está acontecendo.

Valor: De que modo isso vai impactar os negócios?

Carbeck: Vai impactar tanto as operações das empresas como o próprio modelo de negócios. Do ponto de vista operacional, as tecnologias poderão prover manutenção preventiva, monitoramento remoto da produção, utilizar dados sobre o uso de determinado produto pelos consumidores em melhorias nos próprios produtos. Em termos de mudanças no modelo de negócios, novos produtos e serviços poderão ser criados a par-



Carbeck: "Ao conectar máquinas, sistemas e ativos, empresas podem criar redes inteligentes em toda a cadeia de valor"

tir desses dados, gerando outras oportunidades de receita e um aprofundamento na relação com os consumidores. E as empresas poderão aumentar sua lucratividade não apenas baseadas em ganhos de escala como é hoje, mas em conhecer com mais profundidade seus consumidores.

Valor: Qual a contribuição da indústria 4.0 para a sustentabilidade?

Carbeck: A indústria 4.0 vai eliminar ineficiências no processo fabril e permitir usar os recursos naturais de forma mais controlada. A geração de resíduos tende a cair a quase zero, e as empresas poderão desenvolver soluções mais robustas para seus produtos quando chegarem perto do fim da vida útil

com base na análise de dados do comportamento do consumidor.

Valor: O senhor poderia citar outros exemplos?

Carbeck: Empresas como Philips, Siemens, Nike, Basf e Fujitsu estão empregando tecnologias da indústria 4.0 e já obtêm resultados em termos de economia de recursos naturais. A Basf utiliza análise de dados em sua fábrica de sabonetes em Kaiserslautern, na Alemanha, e reduziu o desperdício de matérias-primas no processo. Na Holanda, a fábrica de barbeadores elétricos da Philips opera como uma autêntica fábrica escura, com 128 robôs e apenas nove trabalhadores para gerenciar a produção, o que reduz muito o consumo de energia em relação a uma fábrica

convencional, que funciona em vários turnos com funcionários.

Valor: Em relação ao pilar social do conceito de sustentabilidade, a indústria 4.0 não teria efeitos negativos, já que fábricas automatizadas tendem a eliminar empregos?

Carbeck: Esse é um ponto que vem sendo muito discutido. Na mineração, por exemplo, a automação da atividade vem reduzindo drasticamente a necessidade de mão de obra. Já faz certo tempo que, na indústria, muitos trabalhos mais repetitivos vêm sendo substituídos pela automação, e com a indústria 4.0 essa tendência se acentua. Por outro lado, ela vai demandar profissionais qualificados, especialmente nas áreas ligadas à tecnologia.

Ferramenta ajuda PME a ter mais competitividade

Roseli Loturco
Para o Valor, de São Paulo

De olho em um nicho que representa mais de 30% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional e concentra acima de 50% dos empregos, sindicatos e bancos desenvolvem plataformas e metodologias para tornarem as micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) mais competitivas e sustentáveis. No mundo corporativo, são elas que pendem para o lado mais frágil da balança.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), seis em cada dez empresas fecham as portas antes de completar cinco anos de vida. E as razões estão além da crise econômica atual. Má gestão dos negócios, falta de processos de governança, baixa eficiência e fluxo de caixa modesto são os principais fatores.

De olho nisso, o Serviço Social da Indústria (Sesi) em parceria com Sebrae, Senai e com o apoio do Banco Mundial, desenvolveu uma tecnologia como modelo para tornar as empresas de menor porte mais sustentáveis e, consequentemente, mais competitivas. A ferramenta está sendo aplicada em sete Estados e adotada por 360 empresas e 12 mil trabalhadores. "Para começar, estabelecemos sete temas para trabalhar com as empresas e doze setores representativos



Marcos Tadeu de Siqueira, do Sesi: sete temas para trabalhar com as empresas de doze setores representativos

da indústria nacional", explica Marcos Tadeu de Siqueira, diretor de operações do Sesi nacional.

O ponto de partida foi o mapeamento do grau de competitividade de cada setor. A média geral ficou em 26,5%, com destaque para o eletroeletrônico, que atingiu o maior nível, de 49,7%. A menos competitiva foi a área de reparação de veículos, com 13%.

Feito o diagnóstico, um questionários foi aplicado para definição

do desenho do plano de ação que deveria transcorrer por 12 meses. Ao final do processo, inicia-se a mensuração dos resultados. "Percebemos que os fatores que mais impactam as micro e pequenas empresas estão ligados a pesquisa, desenvolvimento e inovação", aponta Siqueira.

Na análise de valor, os públicos interno e externo são ouvidos e itens como cultura organizacional, ambiente de trabalho e forma

como se relacionar com fornecedores, clientes, comunidade e meio ambiente são trabalhados. "Depois entram fatores tangíveis como eficiência e performance, e intangíveis, como credibilidade e imagem da empresa". Para 2017, a meta é atingir mil empresas com esse programa, envolver 71 sindicatos e atuar em todos os Estados.

A construtora familiar paraense, Arbotech, diz que o que a motivou a participar do projeto foi

a garantia de que ao adotar um programa sustentável a empresa ia se tornar também mais competitiva e eficiente. Com 15 anos de existência, a Arbotech trabalha em um dos setores mais atingidos pela crise e viu aí a sua chance de melhorar sua performance.

As ferramentas de gestão foram aplicadas nos ambientes interno e externo, com clientes e fornecedores. "Desde o início, vimos os resultados. Ouvimos respostas dos colaboradores e o feedback foi ótimo", afirma Gerusa Helena Abreu Radzlimski, membro do conselho de administração e do conselho fiscal da Arbotech. Nesse período, eram montadas mesas redondas com trabalhadores e líderes, com a participação do Sesi e consultores, para discutir desde cultura organizacional, missão e valores a ambiente de trabalho e produtividade.

Na avaliação do antes e depois, os itens ligados à cultura motivacional e comprometimento, progrediram de 50% para 66% e de 40% para 55%, respectivamente, com elevada melhora do comprometimento e proatividade também junto às causas comunitárias. "O relacionamento com o cliente e consumidores atingiu satisfação de 100%. Algo inédito na história da empresa", garante Radzlimski.

No ambiente de trabalho, a eficiência dobrou. Já o conceito de sustentabilidade foi o que exigiu

maior esforço para compreensão. O que mais agregou na participação do projeto, na opinião da Arbotech, foi reavaliar todos os processos de produção da empresa. "Quem trabalha com obra sabe que isso é muito importante para reflexão e mudança de ações no dia a dia. Houve ganho de eficiência", diz Radzlimski.

Do lado dos bancos, com o intuito de melhorar a performance de sua carteira de PMEs, que vem sofrendo sucessivas quedas, o Santander resolveu adotar no Brasil uma plataforma que já utiliza em seis dos 13 países nos quais atua. A ferramenta auxilia clientes e não clientes a melhorar seus processos internos e se tornar mais sustentáveis por meio de cursos de gestão, vídeo de capacitação de empresários e funcionários, chat com advogados, contadores, acesso rápido a legislação, planilhas de governança e fluxo de caixa. "Para as empresas que se tornam ou já são clientes, estamos também disponibilizando até o final deste ano mil estagiários de diferentes áreas para passarem quatro meses atuando com eles", afirma Linda Murasawa, superintendente executiva de desenvolvimento sustentável do Santander. O programa já atingiu 130 mil acessos no portal e 5,4 mil clientes em eventos presenciais.

Empresas adotam modelos menos poluidores

Janice Kiss
Para o Valor, de São Paulo

Mais cedo ou mais tarde, a urgência pela adoção de modelos menos poluentes vai bater à porta das empresas. Algumas delas, porém, (que participaram do painel sobre o protagonismo frente às mudanças climáticas na Conferência Ethos 360") decidiram encarar essa empreitada há algum tempo. A engenheira Patrícia Montenegro, gerente corporativa de relações ambientais da Votorantim Cimentos, lembra bem do início dos trabalhos em busca por cimento mais sustentável — o segmento é responsável por 5% das emissões globais e 2,5% das do Brasil. "Encaramos a necessidade de ter no portfólio produtos para construções sustentáveis", diz.

A empresa, uma das maiores companhias mundiais do setor, desenvolveu três tipos de cimento, concreto e argamassa para essa finalidade. "O mercado brasileiro de

construções que levam em consideração o uso de materiais menos poluentes cresceu cerca de 30% em relação ao ano passado", afirma a gerente, com base nos dados da ONG Green Building Council.

Entre os produtos batizados como "ecoeficientes", ela destaca um cimento (pozolânico) que emite 50% menos gás carbônico e consumo de água 30% menor, e um tipo de argila (calcinada) que substitui o clínquer — componente poluente do cimento.

Esses materiais proporcionaram que a companhia obtivesse as primeiras Declarações Ambientais de Produto (EPD), uma ferramenta internacional de avaliação do ciclo de vida dos produtos fornecidos pela cadeia de suprimentos para o setor. A Votorantim Cimentos é a primeira empresa do setor no país a obter tais declarações e a primeira companhia brasileira a registrá-las no programa internacional EPD. "Queremos que outras empresas da área ou

setores da construção tenham essas mesmas declarações. Longe de ser concorrência, isso significa fornecimento de produtos mais ecológicos ao mercado", analisa.

Na avaliação de Keyvan Macedo, gerente de sustentabilidade da Natura, as boas práticas não podem ser mais vistas como diferenciais de competição como no passado. "Hoje elas devem fazer parte de um fórum de colaboração entre as empresas concorrentes", afirma. A multinacional brasileira de cosméticos e produtos de higiene e limpeza, é a primeira empresa da América Latina a contabilizar o impacto de seus negócios no meio ambiente. A "pegada ambiental" é analisada a partir de todas as etapas de vida dos produtos desde a extração da matéria-prima até transporte dos produtos e descarte das embalagens, por meio de uma metodologia internacional de contabilidade ambiental conhecida em inglês como EP&L, Ganhos e Perdas Ambientais.

Conforme dados mais recentes, de 2013, o impacto da cadeia da Natura foi estimado em R\$ 132 milhões. No entanto, o número teria sido maior (R\$ 164 milhões) sem as medidas do Programa Carbono Neutro que, desde 2007, revê os processos da empresa para reduzir para reduzir as emissões de gases de efeito estufa. "A partir desses diagnósticos, buscamos estabelecer um diálogo aberto com o consumidor", afirma Macedo.

Fernando Carelli, gerente de sustentabilidade do Grupo Carrefour, comenta que as lojas brasileiras passaram a seguir as metas traçadas globalmente pela rede francesa: a de diminuir as emissões em 40% até 2025 e 70% até 2050, em relação aos índices de 2010. Uma das formas de atingir o planejado está na aplicação da ferramenta desenvolvida para precificar as emissões de gás carbônico, "A partir desse valor temos condições de escolher tec-



Keyvan Macedo: companhias devem colaborar com boas práticas entre elas

nologias mais limpas", informa.

No Brasil, a empresa promove ações neste sentido como o uso de energia proveniente de fontes alternativas (eólica, biomassa e pequenas centrais hidroelétricas), que já representa 80% da energia utilizada nas lojas da rede. Além disso, são adotadas medidas sim-

ples que garantem bons resultados como, por exemplo, a iluminação a base de LED, balcões frigoríficos fechados e o aperfeiçoamento do sistema de entregas, reduzindo o número de viagens logísticas e evitando que aproximadamente 300 toneladas de CO₂ sejam emitidas anualmente.